

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017

GT-2 – Organização e Representação do Conhecimento

FISSURAS INDÔMITAS DA REPRESENTAÇÃO

Igor Soares Amorim (Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC)

Marisa Bräscher Basilio Medeiros (Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC)

INDOMITES FISSURES OF REPRESENTATION

Modalidade da Apresentação: Comunicação Oral

Resumo: Utilizamos da noção de representação para pensar na fronteira entre filosofia e ciência de modo a transgredir a disciplinaridade. Este ensaio apresenta uma reflexão crítica sobre a representação documental e cria o conceito de indomável. Define a complexidade como evento necessário à biblioteconomia e ciência da informação. Discorre sobre conceitos de representação concebidos na área e seus fundamentos, o bom senso e o senso comum, os quais submetem a diferença à representação em favor da identidade documentária. Revela o espaço vazio entre palavras e coisas, do qual escapam os simulacros, os quais fazem a diferença aparecer e que fazem certas desestabilizarem-se. Propõe o conceito de indomável, responsável por dinamizar a relação entre o documento e a sua representação. Tal conceito opera junto ao de identidade documentária, este que diz respeito à precisão entre o documento e sua representação. A relação disjuntiva entre identidade documentária e o indomável é paradoxal, por isso rompe com o modelo de reconhecimento que submete a diferença à representação. Contribui-se para a biblioteconomia e ciência da informação, com a função de identidade documentária, assim como para a filosofia da ciência da informação, com o conceito de indomável. Dessa forma, a complexidade compreendida enquanto acontecimento é trazida para pensar a representação documental.

Palavras-Chave: Indomável; Identidade Documentária; Representação Documental; Organização do Conhecimento; Filosofia da Ciência da Informação.

Abstract: We use the notion of representation to think of the frontier between philosophy and science in order to transgress disciplinarity. This essay presents a critical reflection on a documentary representation and proposes the concept of indomitable. Define complexity as a necessary event for librarianship and information science. It discusses the concepts of representation conceived in the area, revealing its foundations, common sense and common sense, which represent a difference in representation in favor of documentary identity. It reveals the empty space between words and things, do what the simulacra escape, which make an apparent difference and make certainty to destabilize. It proposes the concept of indomitable, responsible for dynamizing a relationship between the document and its representation. Such concept of opera together with the documentation of identity, this one that concerns the precision between the document and its representation. The disjunctive relation between documentary identity and the indomitable one is paradoxical, therefore it breaks

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

with the model of recognition that submitted the difference to the representation. It contributes to a library and information science, with a function of documentary identity, as well as to an information science philosophy, with the concept of indomitable. In this way, a complexity understood for the event and for a documentary representation.

Keywords: Indomitable; Documentary Identity; Documentary Representation; Knowledge Organization; Philosophy of Information Science.

1 INTRODUÇÃO

Em destaque no título da edição deste ENANCIB, “complexidade” é um conceito muito difundido no âmbito dos estudos epistemológicos, sobretudo por Morin. Para ele, complexidade é um tecido de heterogeneidades inter-relacionadas no qual ocorrem acontecimentos, ações, interações, evoluções, involuções, formações, fragmentações que constituem o mundo que acessamos. Em Morin (2015), a abordagem complexa é apresentada como resultado da crítica ao paradigma da ciência moderna, o qual é dominado por uma perspectiva que combina predominantemente a lógica e o empiricismo que acabam por reduzir a complexidade do real. O motivo disso é que o modelo moderno de ciência traz em si uma cegueira resultante do “uso degradado da razão” (MORIN, 2015, p.9) e que acaba pois “mutilando” o conhecimento e “desfigurando” o real. Segundo o teórico francês, a ciência moderna apresenta uma visão unidimensional e abstrata da realidade, que impõe os princípios de disjunção, redução e de abstração, por isso a ciência moderna é orientada pelo paradigma de simplificação.

Em Badiou (2017) encontramos uma dualidade similar à que Morin designa como “complexidade-simplicidade”, trata-se do real e da realidade. Para Badiou o real envolve questões ontológicas, epistemológicas e políticas, e o qualifica como o desafio atual do pensamento, por justamente colocar-se como impensável, ou seja, o real escapa das dimensões do saber-poder, pois se estabelece entre as fronteiras do dizível-indizível e visível-invisível. Se por um lado a realidade é o espaço em que as coisas tornam-se estáticas, cristalizadas, quase leis, no real tudo é possível. Por isso, é o real, essa complexa matéria que interessa.

Outro francês, que também faz uma filosofia pós-68 e pode ser aproximado dessas noções, é Gilles Deleuze, pensador da multiplicidade e da diferença. Deleuze atenta-se aos movimentos aberrantes, aqueles que escapam das garras do poder, do Estado, como um vento nômade, sem rota pré-definida, um sopro de vida. Para Deleuze, cabe à arte, à ciência

e à filosofia abdicar de suas certezas e encontrar tais ventos, que trazem o frescor da novidade. O pensamento em Deleuze é o meio para criação, e toda criação é resistência aos esquemas de poder estabelecidos. Aqui a complexidade não aparece como paradigma, mas como evento que racha os bastiões da realidade, e permite que o real mine nas superfícies sensíveis (DELEUZE; GUATTARI, 2010).

Para Morin (2015) o paradigma da simplificação provocou a cisão entre sujeito e objeto, filosofia e ciência, e tornou incomunicáveis as ciências físicas, as biológicas e as humanas. A ciência moderna “é incapaz de conceber a conjunção do uno e do múltiplo [...]. Ou ela unifica abstratamente ao anular a diversidade, ou, ao contrário, justapõe a diversidade sem conceber a unidade” (MORIN, 2015, p.12), assim tal ciência acaba por isolar os objetos de seus ambientes por meio de precisões, clarificações, distinções, classificações e hierarquizações. A patologia que aflige a ciência moderna é a racionalização que encerra o real num sistema, ignorando que parte desse real escapa do sistema justamente por não ser racionalizável. Contrapondo essa perspectiva, Morin (2015) aponta que a guinada à complexidade não requer a abolição da lógica clássica ou do empirismo, mas uma integração destes com um novo olhar que consiga “distinguir sem disjuntar, de associar sem identificar ou reduzir” (MORIN, 2015, p.15). O pensamento complexo se dá no diálogo do racionalizável com o não racionalizável.

Fazer da complexidade um evento, tal como sugere Deleuze, exige de nós, bibliotecários e cientistas da informação, pensar uma ciência nômade, movente, dinâmica, em diálogo com o plano da filosofia e da arte. Encaramos como primeiro desafio questionar a dimensão representacional da área, com o intuito de causar uma rachadura que ventile os platôs da biblioteconomia e da ciência da informação.

Para tanto, propomos a discussão da noção central de representação do conhecimento presente na área, para mostrar a identidade documentária enquanto fundamento da representação documental, uma vez que é ela que garante a equivalência da representação com o documento. Dessa forma, apresentaremos as bases da noção de representação, compreendidas no modelo de reconhecimento que sustenta a *doxa*, bem como sugerimos o conceito de indomável enquanto um acontecimento que desestabiliza a identidade documentária.

2 REPRESENTAÇÃO DO CONHECIMENTO E SUA IDENTIDADE DOCUMENTÁRIA

Etimologicamente, a palavra “representação” vem do latim *repraesentare*, que significa fazer presente ou apresentar de novo. Significa estar por outro, isto é, compor com outro uma relação de “equivalência”, uma relação entre representante e representado.

No âmbito da biblioteconomia e da ciência da informação, o tratamento temático da informação produz uma representação, sobre a qual não há consenso quanto à sua denominação. Bräscher e Café (2010) diferenciam organização da informação e representação da informação da organização do conhecimento e representação do conhecimento. O conhecimento é tomado em sua instancia cognitiva, e sua organização diz respeito ao mapeamento de conceitos, a caracterização desses e sua sistematização. O resultado da organização do conhecimento é a representação do conhecimento, comumente delimitado em algum sistema de organização do conhecimento, tal como uma classificação ou um tesouro. A organização da informação diz respeito ao processo de descrição de determinado documento. Como resultado desse processo, a representação da informação conforma os dados sobre o documento. Quando focamos na dimensão do assunto, a representação da informação pode ser definida pela aplicação de algum sistema de organização do conhecimento para indexação dos assuntos dos documentos (BRÄSCHER; CAFÉ, 2010).

Sales (2017) destaca a dificuldade em trabalhar com o conceito de conhecimento se esse não está materializado num suporte, e opta pelo termo representação documental, o qual vincula representação da informação e do conhecimento. Afirma, ainda, que o conceito é o elo entre a noção de informação e de conhecimento apresentada por Bräscher e Café (2010). Dahlberg (1978) nos explica que o conceito é a unidade basilar do conhecimento, e é com esta que o bibliotecário e o cientista da informação lida quando representa o assunto de um documento. O conceito é caracterizado por elementos que permitem designá-lo ou mesmo predicá-lo.

Para Sales (2017) informação pode gerar conhecimento, assim como o conhecimento é capaz de causar informação. Como o conhecimento é a entidade cognitiva, abstrata, para o autor supracitado, em consonância com Bräscher e Café (2010), a informação se materializa numa forma e num conteúdo, portanto, o “documento seria, de antemão, a realização da informação que, por sua vez, seria a realização do conhecimento. E é a realização da informação no documento que possibilita o surgimento de novos conhecimentos” (SALES, 2017, p.6).

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

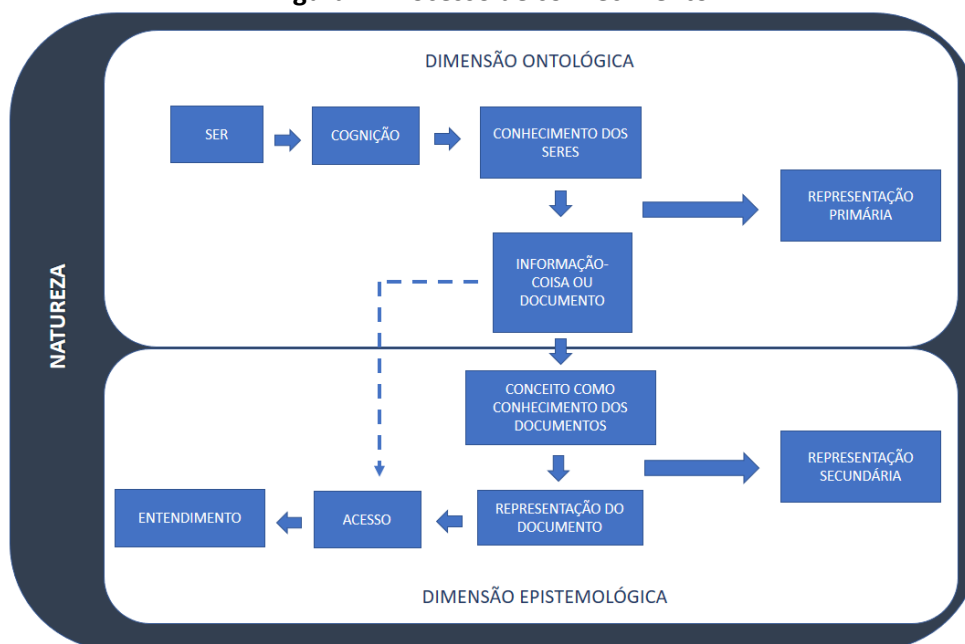
Se por um lado o conhecimento é tomado como entidade cognitiva, por outro, a informação é considerada a materialização do conhecimento. Para Buckland (1991), o que interessa é justamente a informação-coisa, isto é, a informação registrada num suporte físico, que adquire valor simbólico por sua capacidade de significar a alguém.

Em arquivos, bibliotecas e museus, a representação configura-se como um “processo organizacional aliado a processos intelectuais, aplicados a objetos-representando-conhecimentos (documentos), estes componentes materiais essenciais dessas organizações”. (ALVARENGA, 2003, p.19-20).

Alvarenga (2003), com base em Vickery (1986), apresenta dois planos de representação, uma representação primária, que diz da criação do documento, e uma representação secundária, especificamente relacionada ao trabalho do bibliotecário e cientista da informação. Assim, afirma a representação como processo cognitivo e ontológico, integrado aos processos de conhecimento e de comunicação. A representação do registro do pensamento num suporte documental inclui as etapas de percepção, identificação, interpretação, reflexão e codificação, etapas que constroem o conhecimento (ALVARENGA, 2003).

Para Alvarenga (2003), o processo de conhecimento é fundamental à constituição da “racionalidade humana”, o que destaca a importância dos registros do conhecimento. Nesse processo geram-se os discursos sobre os seres (as coisas), isto é, o conhecimento ontológico. Esses discursos constituem-se em conceitos, portadores das essências dos conhecimentos a serem representados e que gerarão um novo conhecimento, o conhecimento do conhecimento do mundo, isto é, o conhecimento epistemológico. Assim, o que ocorre é que após a representação do mundo em registros materiais, gera-se então uma nova representação, reconhecida como “processo de tratamento ou processamento dos registros de conhecimento para fins de armazenagem nos sistemas de informação” (ALVARENGA, 2003, p. 22). Nesse estágio, a representação não se dá sobre os conhecimentos ontológicos, mas sobre o conhecimento dos conhecimentos dos seres registrados nos documentos, por isso trata-se de uma representação secundária, a partir dos objetos da epistemologia (o conhecimento dos seres geralmente registrados num suporte físico). A figura 1 apresenta as representações primária e secundária no processo de conhecimento.

Figura 1: Processo de conhecimento.



Fonte: Elaborado pelos autores com base em Alvarenga (2003).

O conteúdo dos documentos torna-se o insumo para a representação secundária, na qual os conceitos são identificados para que possam ser utilizados na recuperação desse conteúdo. Assim a representação secundária estabelece uma mediação entre usuário e documento por meio de uma entidade representante (um código, uma notação, um termo) que substitui a representação primária: “As informações nesse tipo de representação compreendem compactações que tentam descrever as características do documento, refletindo sua origem e conteúdo, facilitando sua recuperação” (ALVARENGA, 2003, p.23). Ainda segundo a autora, o bibliotecário e cientista da informação necessitam interpretar o documento, buscando os conceitos ali contidos a fim de preservar as essências conceituais. Dessa maneira, a representação coloca-se como um “substituto do documento” e, assim como a representação primária, visa, em última instância, a comunicação.

É, portanto, entre a representação primária e secundária que o bibliotecário e o cientista da informação agem para organizar e representar o conhecimento e a informação. Entre essas duas representações, destacamos as seguintes diferenças:

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

Quadro 1: Representação Primária e Secundária.

Representação Primária	Representação Secundária
Natureza Ontológica	Natureza Epistemológica
Origina-se a partir dos seres	Origina-se a partir dos registros de conhecimentos sobre os seres
Constituída de conceitos sobre os seres codificados por uma linguagem simbólica.	Constituída a partir da identificação dos conceitos constantes das representações primárias e da seleção daqueles que são pontos de acesso fundamentais para a representação desse documento
Gera documentos	Gera representações dos documentos

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Alvarenga (2003).

Para Alvarenga (2003), há realmente um movimento de convergência entre a representação primária e secundária motivado pelas tecnologias digitais, que modificam nossa relação com a produção de documentos. A representação documental de que trata Sales (2017) pode ser entendida como uma resultante desta convergência.

Sales compreende a representação documental pelos elementos sintéticos que, ao representarem, substituem o documento. O autor considera o documento como objeto informacional, uma entidade com forma e conteúdo. Dessa maneira, para o autor, “representar significa apresentar novamente por meio de representante, representar documento corresponde a encontrar os representantes do conhecimento que servirão também como representantes da informação” (SALES, 2017, p. 13, *grifo nosso*).

Centrado na representação dos aspectos de conteúdo do documento, Sales (2017, p. 12) afirma que produtos da representação secundária, tais como resumos e palavras-chave, devem “estar impreterivelmente ligados à representação do conhecimento realizada no documento”. Ainda, complementa que “Os representantes da informação [representação secundária], que na prática serão utilizados para recuperar o documento, não podem destoar dos representantes do conhecimento que o documento traz [representação primária]”. À referida exatidão entre a representação primária e a representação secundária chamaremos de *identidade documentária*.

O que notamos em Sales (2017) é que a representação documentária é condicionada pela identidade documentária. O autor toma por base a distinção schopenhaueriana entre a representação intuitiva (causada pelos sentidos na experiência no mundo) e a representação abstrata (produzida pela mediação racional como conceitos) para afirmar que “tudo com que trabalhamos são potenciais representações” (SALES, 2017, p. 12), ratificando assim a máxima da identidade documentária. A afirmação de Sales (2017), de que ao tratarem os documentos, bibliotecários e cientistas da informação lidam apenas com “representações”, talvez seja demasiadamente enfática. Suspeitamos que haja outro elemento, o qual revela um aspecto

singelo na representação documental. Desse modo, questionamos o imperativo da identidade documentária.

Sales (2017) cita Schopenhauer e podemos ampliar a relação das proposições do pensador alemão apropriadas por Sales para os outros autores citados nesta seção. As diferenças entre representação do conhecimento e da informação, assim como entre a representação primária e secundária são interpeladas por essa perspectiva filosófica. É uma perspectiva representacional, na medida em que resume o mundo na representação. Com isso os autores buscam ratificar o que chamamos de identidade documentária com seus trabalhos. O aprimoramento dessa identidade seria o resultado de uma evolução da área. Contudo, o que nos propomos a pensar é justamente o que é relegado nessa perspectiva.

E se nem toda a matéria documental for representável? E se os seres não tiverem uma essência promotora da identidade e da diferenciação específica? E se os conceitos não contem essências? Tais questionamentos guiarão nosso pensamento a partir de agora. Cabe grifar: não estamos negando a área e os conhecimentos acumulados pelo fazer de tantos pesquisadores. É antes uma reafirmação desses conhecimentos, porém sem ignorar a dimensão que Morin (2015) chama de complexo, que Badiou denomina de real e que Deleuze compreende como acontecimento.

3 REPRESENTAÇÃO E O MODELO DE RECOGNIÇÃO

De maneira geral, Gilles Deleuze separa a filosofia em duas grandes matrizes, uma dominante, composta por nomes como Platão, Aristóteles, Descarte, Kant, Hegel e outra, uma perspectiva alternativa, caracterizada pelo pensamento dos estoicos, de Espinosa, Nietzsche, Bergson, Foucault e ele próprio (MACHADO, 2009).

A perspectiva alternativa toma como princípio e objetivo a diferença. A diferença é o problema filosófico, responsável por desestabilizar as certezas e produzir inovações. O novo é fruto de uma diferença produzida ou captada pelo pensamento. Assim, o pensamento não tem outra motivação senão a criação. A filosofia tradicional, por outro lado, não se preocupa com a criação ou a diferença. Aliás, ela subjuga a diferença à representação, pois é esta que articula o sujeito ao objeto. A representação é responsável por designar a atividade de conhecer ao sujeito, pois ela sintetiza a experiência e permite a referência aos objetos.

Para Lopes (2011), na filosofia, a representação é compreendida sob duas vertentes que não necessariamente são disjuntas. A primeira é via a epistemologia que, incorporando

aspectos da psicologia, trata o conhecimento como resultado de um processo mental no qual a representação se caracteriza pela função cognitiva de sintetizar as experiências em determinações tanto do sujeito quanto do objeto. Nessa visão, a representação é o que forma o conteúdo concreto do pensamento. Uma segunda compreensão de representação diz respeito à união na consciência de diversas percepções sob categorias, isto é, apreende-se o objeto sob a forma categorial, a qual não é de caráter mental ou subjetivo. O pensamento é o processo de aplicação das categorias à matéria concreta apreendida pelas sensações e, assim, a representação se define como forma geral de todo conhecimento.

Ambas as concepções de representação pressupõem a oposição entre sujeito e objeto, da qual o conhecimento resulta. Um dos principais nós górdios da questão é “a coisa em si” do que é representado (o representante). A representação supõe que a coisa que representa não existe nela, a representação afirma a existência de algo inacessível a ela. A representação abstrai uma imagem no máximo semelhante ao objeto, que serve ao reconhecimento (a capacidade de conhecer). O reconhecimento é a apropriação que o pensamento faz da realidade. Um dos desafios na filosofia da representação é estabelecer a veracidade entre o que é representado e a representação, o que fundaria também a validade do conhecimento. Será que a capacidade representativa das ideias nos remete à realidade? Uma das saídas desse problema foi o pressuposto de que o uso harmônico das categorias confere o acesso à “alma” dos objetos, quer dizer, a partir da categorização dos objetos apreendidos mentalmente na experiência, podemos compreendê-los, organizá-los, classificá-los, a partir de suas essências.

Essa é a concepção representacional do conhecimento que, segundo Lopes (2011), considera as representações como elementos primários e imediatos do conhecimento. É por meio da representação que podemos organizar e classificar e assim conhecer. Dessa forma, as categorias “são expressões lógico-linguísticas de determinada junção da realidade; o uso de tais expressões possibilita ordenar as informações referentes aos diversos modos como a compreendemos” (ARANALDE, 2009, p.87). Para Aranalde (2009, p.87) as categorias são identificadas

[...] como princípios que permitem identificar as notas essenciais que caracterizam um objeto do conhecimento. A partir desta operação mental de identificação, é possível formular conceitos empíricos, ou seja, buscar uma equivalência entre como o objeto se apresenta e a representação mental que se faz dele e de suas relações com outros objetos. As categorias são concebidas como metaconceitos que permitem a efetiva conceitualização de objetos passíveis de serem conhecidos, organizados e

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

classificados. Portanto, elas são elementos intermediários entre os conceitos e a realidade cognoscível.

Para Deleuze (2007) a concepção representacional do conhecimento, chamada de modelo de reconhecimento, reduz o pensamento ao reconhecimento. Esse modelo se baseia em duas principais diretrizes que fundam a *doxa*¹, o bom senso e o senso comum. Para o filósofo, o pensamento se dá pela revolta contra o bom senso e o senso comum, e não por sua aceitação (DELEUZE; GUATTARI, 2010).

O bom senso é o que afirma que todo o sentido é aplicado apenas numa direção. É por conta dele que não costumamos lidar com paradoxos em nossos sistemas tradicionais. Lidamos com contradições e antíteses, mas temos dificuldade em lidar com sentidos contrários afirmados ao mesmo tempo. O senso comum é o que o que fixa as ideias, por meio de designações e, desta forma, garante o compartilhamento de noções.

Conforme Deleuze (2007, p.78), “o bom senso se afirma de uma direção: ele é senso único, exprime a existência de uma ordem de acordo com a qual é preciso escolher uma direção e se fixar nela”. Essa direção vai do mais diferenciado ao menos diferenciado e segue “a flecha do tempo, uma vez que o mais diferenciado aparece necessariamente como passado, na medida em que ele define a origem de um sistema individual e o menos diferenciado como futuro e como fim” (idem). Essa ordem temporal, do passado ao futuro, é estabelecida em relação ao presente. Com isso, entendemos que a função do bom senso é a previsão. O bom senso opera pela repartição (passado-futuro) e, ao partir do mais diferenciado, a diferença é considerada na saída para então ser distribuída e diluída no percurso ao futuro, pois a previsão implica nesse reconhecimento entre passado e futuro. Por isso Deleuze (2007) caracteriza o bom senso como digestivo, como agrícola, pois dissolve a diferença em nome de cercados, terrenos, propriedade e classes. Deste modo,

Os caracteres sistemáticos do bom senso são pois: a afirmação de uma só direção; a determinação desta direção como indo do mais diferenciado ao menos diferenciado [...]; a orientação da flecha do tempo, do passado ao futuro [...]; o papel diretor do presente nesta orientação; a função de previsão que assim se torna possível; o tipo de distribuição sedentária, em que todos os caracteres precedentes se reúnem (DELEUZE, 2007, p. 79).

O bom senso, assim, atua na determinação da significação, pois instaura o princípio do sentido único geral, fazendo-o parecer como única direção, a boa direção.

¹ Doxa é a opinião, em oposição ao pensamento. É a oposição aos movimentos de criação na arte, ciência e na filosofia.

Com relação ao outro pilar da doxa, o senso comum, ele é responsável pela identificação por meio do relacionamento da diversidade com a forma do Mesmo. É o senso comum que identifica e reconhece, destacando uma unidade capaz de dizer “eu”, um “eu” que é um e, ao mesmo tempo em que é, “percebe, imagina, lembra-se, sabe etc; e que respira, que dorme, que anda, que come...”. A linguagem se manifesta pela unidade fundada pelo senso comum, e sempre diz o que tal unidade faz. A linguagem afirma a unidade na medida em que subsume a diversidade: “é o mesmo objeto que eu vejo, cheiro, saboreio, toco, o mesmo que percebo, imagino e do qual me lembro... e é no mesmo mundo que respiro, ando, fico em vigília ou durmo” (DELEUZE, 2007, p. 80). Segundo Deleuze (2007), o senso comum permite que passemos de um objeto a outro.

As duas formas da doxa são complementares. O senso comum afirma a identidade do sujeito, a permanência do objeto e do mundo, as unidades. São nessas que o bom senso atua, ele homogeneiza as diversidades, preenchendo o senso comum, por meio do estabelecimento de um início e um fim de tais unidades, num entretanto de passado e futuro. “É nesta complementariedade do bom senso e do senso comum que se estabelece a aliança do eu, do mundo e de Deus – Deus como saída última das direções e princípio supremo da identidade” (DELEUZE, 2007, p. 81).

Assim a crítica deleuziana incide também na relação sujeito-objeto, cara ao pensamento representacional. A pressuposição “ingênua” na tradição filosófica ocidental perpassa época. A noção de ideia e de ser, respectivamente em Platão e Aristóteles, não consideram sua gênese.

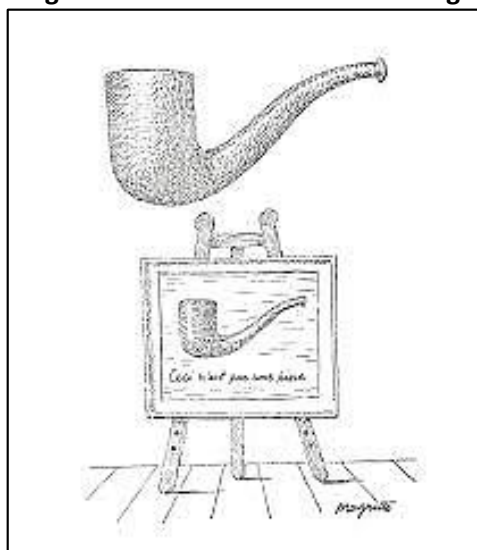
Deleuze (2006) aponta oito postulados em que a filosofia tradicional se pauta, o que nos leva à universalização da doxa: i) **Princípio da *Cogitatio Natura Universalis***: naturaliza o pressuposto no pensamento filosófico. Trata-se de um “todo mundo sabe...” que ilude o pensamento e o faz parecer liberto de coerções. É a vinculação do pensamento a um belo ou a um bem naturalizante, que relaciona o pensamento e a verdade. Esse vínculo é moral, e a filosofia deve partir do desacordo da imagem (da representação); ii) **Ideal do senso comum**: afirma o exercício coerente de todas as faculdades sobre um objeto que supostamente é o mesmo. Senso comum e o bom senso são elevados ao nível filosófico para regularem a identidade do objeto fundada pelo sujeito pensante que exercita harmoniosamente suas faculdades. Assim, o sujeito pautado no bom senso e no senso comum torna-se um modelo transcendental naturalizado, isto é, constitui o modelo de reconhecimento; iii) **Modelo da**

reconhecimento: este é o modelo da doxa, pois ratifica o senso comum ao afirmar a concordância de todas as faculdades; iv) **Elemento da representação:** produzido pelo modelo da reconhecimento ao estabelecer a unidade do sujeito, portador das faculdades, que concebem o objeto em sua representação. Assim, a diferença é subjugada à representação; v) **Imagem dogmática do pensamento:** afirma o primeiro postulado e denuncia qualquer forma de pensar que não seja esta. Ou seja, exclui as outras possibilidades de pensamento, como o pensamento antirepresentacional e o da diferença. Estabelece uma “vontade do pensamento boa”, colocando o erro para fora da categoria sujeito, fazendo do erro uma condição na recepção da imagem pelo sujeito, mas nunca um erro no próprio sujeito, isto é, a falha do pensamento não incide na forma, mas na aplicação. Com isso o “mau” é oposto à boa natureza do sujeito. Esse postulado condiciona o crivo da moral via o bom senso e o senso comum; vi) **Privilégio da designação:** A designação é compreendida como referência a um objeto referido. Ela compõe a proposição, junto da manifestação, significação e expressão. Seu privilégio faz da designação o critério de verdade da proposição e, com isso, há uma marginalização da expressão, do sentido. O privilégio da designação estabelece a lógica do modelo de reconhecimento e afirma que o pensamento é uma busca da solução inerente a um problema que é dado. Propor problema não é pensar, segundo tal postulado; vii) **Modalidade das soluções:** As soluções se apresentam então como essência dos problemas, na medida em que ou decalca o problema sobre proposições ou considera que a verdade reside na solução do problema. O problema, para Deleuze, é uma importante categoria ontológica e epistemológica, e que nos faz pensar. É o problema que dota de sentido as proposições e que inspira soluções; viii) **Resultado do Saber:** trata da relação entre problema-aprender-saber. Entre problema e o aprender, há mediação dos signos que forçam o pensamento a enunciá-los, enquanto que entre problema e o saber, há sempre um método determinante da solução inerente (ao problema) que inviabiliza o aprendizado. O modelo de reconhecimento volta-se à relação problema-saber, na qual se tem um violento adestramento que define as ações do indivíduo. Para romper com isso, é necessária outra relação - entre o problema e o aprender, a do signo que provoca ajustes entre os atos e os objetos através do uso transcendente das faculdades que promove o que pode apenas ser sentido.

4 REPRESENTAÇÃO E SIMULACRO

Foucault (2014) analisa o caligrama de René Magritte, obra de 1966 intitulada “Os dois mistérios”. Em seu texto, ele não procura solucionar os mistérios, o que poderá ser feito conforme diretrizes do bom senso e do senso comum. Seu discurso ousa ir além da representação. Trabalha no problema, primeiramente descreve a imagem e seu mistério: afinal, o que é este cachimbo na moldura? E o cachimbo sobre a moldura? E a frase negativa que diz “Isto não é um cachimbo?”, o que significa? Há um jogo próprio do caligrama que faz as séries ressoarem umas nas outras, tanto a série plástica quanto a linguística. As séries se inter cruzam e impedem um fechamento de sentido, um significado simplório.

Figura 2: Caligrama “Os dois mistérios” de Magritte (1966).



Fonte: <<https://escrevercomo.wordpress.com/tag/censura/>>.

Dois princípios reinaram na pintura durante o período do século XV até o XX, o primeiro é a separação da representação plástica da linguística que sempre requer uma hierarquização entre tais formas; o segundo diz respeito ao laço representativo que conecta semelhança e afirmação, o qual co-atuam ao enunciado “o que vocês estão vendo, é isto”. É por essa razão que, segundo Foucault (2014), Magritte “reabriu uma armadilha”, pois rompe com os dois princípios. A armadilha é essa impossibilidade de fechamento, de preenchimento nas fronteiras entre a representação plástica e a linguística. Para o filósofo há um “pequeno espaço em branco que corre por cima das palavras e por cima dos desenhos, que lhes serve de fronteira comum para incessantes passagens” (FOUCAULT, 2014, p.33), e é neste espaço entre as palavras e as formas que “todas as relações de designação, de denominação, de

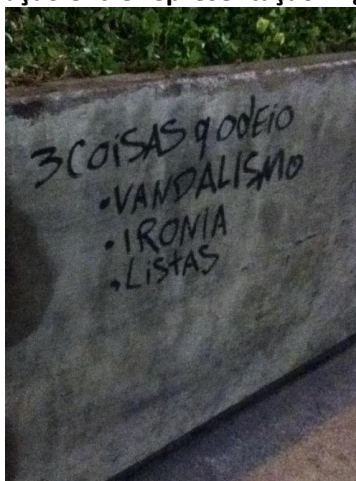
descrição, de classificação” (idem) se dão. Trata-se de um espaço vazio que, se por um lado articula a frase à imagem, por outro, cinde as duas dimensões: “Eles não têm mais espaço comum” (idem). Embora se tenha três cachimbos – o primeiro, grande e flutuante; o segundo na superfície do quadro emoldurado; e o terceiro, na palavra “*pipe*” –, Foucault exclama: “Em nenhum lugar há cachimbo”! As dúvidas e as negações se multiplicam, o que mantém o problema em evidência, vivo e produtor. Mas, para isso, é necessário enxergar “um vazio, uma região incerta e brumosa que separa agora o cachimbo flutuante em seu céu de imagem e o pisoteamento terrestre das palavras desfilando em sua linha sucessiva. Ainda seria demais dizer que há um vazio ou uma lacuna: é antes uma ausência de espaço, uma apagar do ‘lugar-comum’ entre os signos da escrita e as linhas da imagem” (FOUCAULT, 2014, p. 34).

Como o cachimbo está representado três vezes, será que Margritte reforça a representação enquanto categoria artística e filosófica? Para Foucault (ibidem, p. 54), não: “Magritte deixa reinar o velho espaço da representação, mas em superfície somente, pois não é mais do que uma pedra lisa, que traz figuras e palavras: embaixo, não há nada”. Isso ocorre porque o artista em questão, faz uma pintura representacional, a imagem do cachimbo é clara, porém impede a afirmação, que a definiria, rotularia, enquadraria. Isso porque separa a semelhança da similitude, reforçando essa sobre aquela. Enquanto a semelhança opera por um padrão e original que ordena e hierarquiza, a similitude propaga-se por pequenas diferenças e percorre por diferentes sentidos. Enquanto a semelhança serve à representação, a similitude serve à repetição, fazendo o simulacro² circular, perturba e gera a incerteza. Assim, a similitude multiplica as afirmações, sem as categorizar, mas conectando-as numa rede aberta a todos os elementos similares possíveis. A similitude é a afirmação do simulacro.

Em outro exemplo podemos verificar com humor o vazio de que fala Foucault, o qual se esparrama entre a representação linguística e o modelo (referente ideal), vazio donde emergem os simulacros nas relações de similitude:

² Deleuze (2007) define simulacro como cópias mal fundadas com potencial para questionar os valores superiores, como o Bem e o Belo. Para Deleuze, o platonismo é um método de seleção que não apenas confere supremacia da Ideia sobre a cópia, mas que também define a cópia bem fundada (em função da própria Ideia) e a mal fundada que é excluída do pensamento. Entendemos que o simulacro é a diferença inventiva e rebelde do pensamento.

Figura 2: Humor na relação entre representação linguística e seu referente



Fonte: <<http://retumblante.tumblr.com/post/108420153848/pichado-no-muro-3-coisas-que-odeio-vandalismo>>. Acesso em 18 jun. 2017.

Trazendo a questão à biblioteconomia e à ciência da informação, questionamos como se dá o vazio nas representações documentais? Para tanto, é preciso saltar do escopo filosófico ao científico, portanto exploremos os efeitos incorporais nos corpos que representam os documentos.

5 ACONTECIMENTO E SENTIDO PARA UM NOVO CONCEITO

Objetivamos compreender o efeito do vazio na representação documental. Falamos de complexidade não enquanto um paradigma em termos khunianos, mas antes como evento, como acontecimento. Acontecimentos aqui não são simplesmente fatos, também não são acidentes. Acontecimentos são devires, são efeitos no real, revelados pelo encontro de corpos, nos estados de coisa. Contudo, não finda apenas no estado de coisa. Assim, se tratamos sobre documentos, sobre conhecimentos registrados, sobre informações desses documentos, sobre profissionais que trabalham com esses documentos, sobre usuários, sobre as instituições que hospedam tais documentos, e ainda sobre toda cadeia produtiva que articula o documento e os impactos que tais documentos causam na sociedade, o acontecimento é revelado na interação desses elementos, contudo não se esgota nesses elementos que são atuais, perceptíveis. Há também uma dimensão acontecimental no virtual, incorporal, uma dimensão que escapa à realidade, mas não ao real. Nessa perspectiva, o acontecimento é o entremeio do que já aconteceu e o que irá acontecer. Sem presente, passado ou futuro, o acontecimento se dá no intempestivo, como o verbo conjugado no infinitivo (DELEUZE, 2007).

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

O acontecimento tem como causa o encontro de corpos, mas não se restringe a isto, pois ele apresenta uma dimensão do outro, uma dimensão do extra-ser. O acontecimento é causado, mas nunca é causa. Por isso mesmo, o que o acontecimento faz é insistir nos corpos, subsistir. Por não estar nos corpos, no tempo presente, o que ele traz ao mundo são as possibilidades ainda não efetuadas, o que acontecerá. Assim, ele não se confunde com essência ou acidentes presentes no modelo de reconhecimento. Por isso, com o acontecimento, ultrapassa-se a experiência, vai-se além da representação. O sentido é sempre em função do acontecimento. O sentido é um acontecimento.

Deleuze pensa o acontecimento e o sentido com base na filosofia estoica. Na biblioteconomia e ciência da informação, costumamos a trabalhar com a filosofia tradicional, da representação, articulada com o pensamento platônico e aristotélico. Os estoicos não reforçam os fundamentos do bom senso e do senso comum, pois articulam seus conceitos a partir do paradoxo. É válido ressaltar que García Gutiérrez (2013) e Amorim e Bräscher (2017) referem-se ao paradoxo como meio para complexar a organização do conhecimento.

De início, a filosofia estoica afirma “tudo é corpo”, contudo os corpos não se explicam por si mesmos, a física enquanto estudo dos corpos é insuficiente. Por isso, os estoicos desenvolveram uma lógica. A física é para o estudo dos corpos, e a lógica para o estudo dos incorporais. O paradoxo então se dá pela relação dos corpos existentes e os incorporais que não existem, mas insistem. Uma biblioteca, uma base de dados, um documento, um acervo todo, um usuário, todos estes são corpos na compreensão estoica. Quanto aos incorporais, os estoicos abordaram quatro: o tempo, o lugar, o vazio e o exprimível. O vazio que falou Foucault é também de onde brota a diferença, o sentido e o acontecimento. O vazio é o infinito que tem capacidade de comportar os corpos finitos, mas que pode não contê-los. Quando é ocupado por um corpo, o vazio torna-se outro incorporal, o lugar. O tempo também relaciona-se com vazio, pois o tempo só existe no presente, enquanto preenche o vazio, passado e futuro não existem, mas insistem. Há também um vazio das palavras, da voz, da articulação vocálica. Esse vazio da palavra, quando preenchido, torna-se o exprimível. O exprimível é o incorporal, é o que torna complexa a relação entre palavras e coisas, possibilitando a ligação entre esses elementos (CAUQUELIN, 2008).

Para Deleuze (2007), o sentido é fruto desse *gap* entre palavra e coisa e, como tal, é um quinto incorporal, o qual insiste na designação, manifestação e significação das preposições. O sentido é paradoxal, por isso ele destrói o sentido único imposto pelo bom

**XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP**

senso, destrói com a identidade fixa, posta pelo senso comum. Corpos são autônomos, eles são sua própria causa. Os incorporais não causam os corpos (não se trata de metafísica). Os corpos então apresentam essa potência de causar mistura de corpos e efeitos incorporais. Entre palavras e coisas o sentido se estabelece, sem causar a linguagem ou a significação, mas agindo nestes, tencionando fronteiras e insinuando devires. Deleuze afirma assim que a proposição é composta pela designação, pela manifestação, pela significação e pelo exposto, este último no qual o sentido se dá (DELEUZE, 2007). O sentido é o incorporal da preposição, um neutro, indiferente aos jogos de coerência, de oposição, que articula palavra e coisa.

O sentido pode ser capturado por uma designação e adquirir um outro sentido. É o sentido que faz o paradoxo insistir na preposição, isto é, o significado banha-se no sentido. A ação do sentido se dá entre séries, por exemplo, significante e significado. Entre cada uma das séries há um desnivelamento que promove variações de uma série sobre ou sob a outra. Há o desnível porque uma das séries se apresenta em excesso sobre a outra e, entre as séries, há uma instância que assegura a variação e o deslocamento entre elas, uma instância paradoxal que não permite a redução entre as séries. Tal instância circula loucamente entre elas, fazendo-as comunicar, “ela assegura, pois, a convergência das duas séries que percorre, com a condição, porém, de fazê-las divergir sem cessar” (DELEUZE, 2007, p.43). A instância é não localizável por sua dinamicidade, deslocado os componentes das séries incessantemente.

Esse movimento duplo de contração-dilatação, essa dinâmica fluidizante é que gostaríamos de incorporar à representação documental. É notório que nesse enredo saímos do modelo de reconhecimento, e com isso podemos pensar a representação documental sem estarmos atrelados a uma biblioteconomia e ciência da informação subjugada à representação. Ao invés dela, pensamos nos fluxos de corpos e incorporais, nos quais se estabelecem acontecimentos e sentidos. Pensar o vazio da representação documental *versus* a representação documental.

Assim, se Foucault (2014) fala em “elo representacional” como o elemento que garante a fidelidade entre uma representação e outra, com Sales (2017), falamos em identidade documentária, trazendo a discussão da representação ao âmbito da área.

A partir disso, proporemos um conceito, pois consideramos que a representação documental necessita ser considerada em seu movimento e tempo próprio. Há sempre uma instância que impede a absolutização da identidade documentária, que inviabiliza a cristalização das representações. Tal instância rizomática faz as séries “documento” e

“representação” variarem incessantemente na dimensão intensiva (não necessariamente na extensiva). Na extensão os poderes e tiranias são estabelecidos, o que faz dos estudos éticos sobre a representação do conhecimento necessários e urgentes. São também esses estudos que vão buscar força nesse espaço intensivo para reverter as estruturas de poder presentes nas representações dos documentos. Um contra-poder, capaz de trazer ao presente os possíveis, um contra-poder que chamamos de indomável.

Dessa forma, toda representação apresenta um indomável, indomável pela velocidade, pela dinamicidade promovida na relação com o corpo documental, com o corpo código/termo representacional, com os corpos usuários, corpos da instituição.

Assim, criamos o conceito de indomável avizinhandoo com devir, diferença, simulacro, sendo ele o responsável pela efetivação da linha de fuga na representação. É possível verificar isso em Hjørland e Hartel (2003), quando afirmam que a realidade não se molda ao conceito. Por quê? Por que algo do real foge? É o acontecimento, o qual banha a representação pelo incorporal, um vazio que põe tudo em variação. Por isso que documentos semelhantes podem ser indexados, classificados, resumidos de maneiras distintas, há sempre uma variação inerente no espaçamento entre documento e sua representação.

Se a representação documental envolve uma representação intuitiva, abstrata e documental em Sales (2017), representação primária e secundária em Alvarenga (2003), representação do conhecimento e da informação em Bräscher e Café (2010), acrescentamos que em cada um desses processos de sintetização, há uma brecha, uma fuga, um simulacro, um indomável que escapa da representação. Porém não a nega, o indomável se dá em consonância com a identidade documentária. Enquanto essa busca estabilizar a relação, estagnando o movimento, o indomável dinamiza, mobiliza forças de dissociação. Esses dois elementos agem na representação documental, mantendo documento e representação juntos e dispersos ao mesmo tempo, evocando o significado presente e suas variações possíveis. O conceito de indomável implica na impossibilidade da universalização da informação e questiona bastiões da área. Ainda, reforça que não basta considerar a dinâmica social da produção e apropriação da informação e do documento apenas pelo modelo da reconhecimento. O social (*socius*) não se dá, não se constitui, está sempre em vias de, é um “constituir” constante, com o verbo flexionado no infinitivo. Por isso a importância do estudo desse novo conceito, o indomável.

6 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

O ato de representar o conhecimento e a informação é fundamental ao processo de conhecimento, pois é por meio dos produtos da representação que o acesso é garantido aos usuários que, por sua vez podem gerar novos registros de conhecimento. Assistimos ao desenvolvimento de tecnologias para o tratamento documental, mesmo antes da formalização das disciplinas da biblioteconomia e da ciência da informação. Contudo, de modo geral as teorias e práticas dessas áreas se estruturam em função de uma concepção representacional do conhecimento, do pensamento, como, por exemplo, em Dahlberg e Ranganathan, para citar dois autores clássicos. Tal concepção fundamenta-se no bom senso e no senso comum, duas formas que operam para eliminar a “diferença em si” do processo de conhecimento. Contudo, a diferença é fundamental, não só como predicado de categorias, essências e conceitos, mas também como portadora da mudança, como elemento do devir.

Por isso faz-se necessário pensar também uma representação que contemple a diferença em sua dinâmica, sem submetê-la à identidade, ao mesmo ou à representação. Assim, trouxemos o paradoxo entre a identidade documentária e o indomável. Este paradoxo rompe com as formas do modelo de reconhecimento, pois ambos os conceitos citados funcionam juntos, numa relação disjuntiva. Complementam-se, na medida em que vinculam o documento à sua representação. Enquanto a identidade documentária aprofunda a possibilidade de equivalência entre as séries, o indomável as separa, promovendo erupções de simulacros que trazem o possível às representações, são verdadeiros contra-poderes.

Deleuze e Guattari (2010) afirmam que para se fazer filosofia é necessário traçar um plano, selecionar intensidades e condensá-las em conceitos. A filosofia produz conceitos. Indomável é um conceito erigido do plano filosófico da ciência da informação. Os filósofos franceses apontam que para se fazer ciência é necessário um plano, sobre o qual as intensidades são distribuídas uma em relação as outras, criando funções e proposições. A identidade documentária corresponde a uma função estabelecida entre duas séries, o documento e a representação. Planos distintos, um da filosofia, outro da ciência, mas em diálogo, cada qual com suas propriedades. Assim, podemos fissurar as representações documentais, compreendidas no âmbito da biblioteconomia e da ciência da informação, em favor da complexidade, um acontecimento que nos faz perguntar “o que já aconteceu ou o que vai acontecer?”.

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

REFERÊNCIAS

AMORIM, I.; BRÄSCHER, M. O fora e a organização do conhecimento. **Revista ACB**, Florianópolis, 2017. No prelo.

ALVARENGA, L. Representação do conhecimento na perspectiva da ciência da informação em tempo e espaço digitais. **Encontros Bibli**: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação, Florianópolis, v. 8, n. 15, 1 sem. 2003.

ARANALDE, M. M. Reflexões sobre os sistemas categoriais de Aristóteles, Kant e Ranganathan. **Ciência da Informação**, v. 38, n. 1, 2009.

BADIOU, A. **Em busca do real perdido**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

BRÄSCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da informação ou organização do conhecimento? In: LARA, M. L. G.; SMIT, J. (Org.). **Temas de pesquisa em Ciência da Informação no Brasil**. São Paulo: Escola de Comunicação e Artes/USP, 2010.

BUCKLAND, M. K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, v. 42, n. 5, 1991.

CAUQUELIN, A. **Freqüentar os incorporais**: contribuição a uma teoria da arte contemporânea. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

DAHLBERG, I. Teoria do conceito. **Ciência da informação**, v. 7, n. 2, 1978.

DELEUZE, G. **Diferença e Repetição**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2006.

DELEUZE, G. **Lógica do sentido**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é Filosofia?** 3. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 2010.

FOUCAULT, M. **Isto não é um cachimbo**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

GARCÍA GUTIÉRREZ, A. La organización del conocimiento desde la perspectiva poscolonial. Itinerarios de la paraconsistencia. **Perspectivas em ciência da informação**, v. 18, n. 4, p.93-111, 2013.

HJØRLAND, B.; HARTEL, J. Afterword: Ontological, epistemological and sociological dimensions of domains. **Knowledge Organization**, v. 30, n.3/4, p.239 - 245, 2003.

LOPES, R. B. **Imagem do pensamento**: do antropológico ao acontecimento na educação. 2011. 218 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2011.

MACHADO, R. **Deleuze, a Arte e a Filosofia**. Rio de Janeiro, Zahar, 2009.

MORIN, E. **Introdução ao pensamento complexo**. 5ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2017
23 a 27 de outubro de 2017 – Marília – SP

SALES, R. A representação documental como um encontro de representações. In: **ENCONTRO DE REPRESENTAÇÃO DOCUMENTAL - EnReDo**, 1., 2017, São Carlos, SP. Anais... São Carlos: UFSCar, 2017.